

A REGIÃO DA BAIXADA LITORÂNEA DO RIO DE JANEIRO: INTERAÇÕES ENTRE O TURISMO E URBANIZAÇÃO

**Roberta Mariana Ferreira Mori Pinto,
Rafael Fernandes Cassemiro, Alexssandra Juliane Vaz &
Suellem Priscila de Carvalho Cardoso**

Faculdade de Educação da Baixada Fluminense - UERJ
e-mail: maryanamory@gmail.com; rafaelcassemiro@oi.com.br;
ajvazw@yahoo.com.br; suellem.geo@gmail.com

Recebido 10 de novembro de 2010, aceito 04 de novembro de 2011.

RESUMO - A partir de 1970, com a construção da ponte Rio - Niterói, a região conhecida como Baixada Litorânea, localizada no estado do Rio de Janeiro, tem passado por um crescente e contínuo processo de urbanização fomentado principalmente pelo aumento do número de casas de veraneio e pela atividade turística. Atrelado a este processo, observa-se, a criação de espaços de contradições, tendo em vista, a valorização de determinadas áreas em detrimento de outras. A população de maior poder econômico ocupa as áreas que possuem melhor infra-estrutura urbana, enquanto, as classes menos abastadas acabam por ocupar áreas periféricas, muitas vezes insalubres e irregulares. A ocupação desordenada de áreas costeiras e alagadiças culmina em processos de degradação ambiental que contribuem para a modificação da paisagem na região. Desta forma, o presente trabalho tem por objetivo estudar a trajetória espaço-temporal da Baixada Litorânea, desde seu processo inicial de ocupação até a fase atual, na qual o turismo e o veraneio são os grandes responsáveis pelas transformações sócio-espaciais em curso na região.

Palavras-Chave: Baixada Litorânea, urbanização, turismo, veraneio, transformações sócio-espaciais.

ABSTRACT - From 1970 with the construction of the bridge Rio - Niteroi, the region known as the Coastal Lowlands, located in the state of Rio de Janeiro, is experiencing a

growing and continuing urbanization fostered mainly by increasing the number of vacation homes and by tourism. Attached to this process, there is the creation of spaces of contradictions, in order, the valuation of certain areas over others. The population of greater economic power occupies areas that have better urban infrastructure, while the less affluent classes end up occupying peripheral areas, often unhealthy and irregular. The sprawl of coastal areas and flood plains culminates in environmental degradation processes that contribute to the modification of the landscape in the region. Thus, this paper aims to study the spatio-temporal trajectory of the Coastal Lowlands, from their initial occupation until the current phase, in which tourism and summer are largely responsible for the socio-spatial transformations underway in the region.

Keywords: Baixada Litorânea, urbanization, tourism, summer homes, socio-spatial transformations

INTRODUÇÃO

A região conhecida, como Baixada Litorânea localizada no estado Rio de Janeiro, teve nos últimos anos um crescente processo de urbanização. A atividade turística e o veraneio têm um importante papel para o desenvolvimento dos municípios da região, ao atrair a atenção para os atrativos físicos da região, como as belas praias, e a exuberante vegetação de Mata Atlântica, ainda preservada em algumas áreas, como por exemplo, na Área de Proteção Ambiental do Pau-Brasil (**Figura 1**), em Cabo Frio.

Entretanto, o crescimento urbano, sem planejamento eficiente cria espaços de contradições, contribuindo para a valorização de algumas localidades em detrimento de outras. Pessoas com maior poder aquisitivo ocupam espaços com facilidade de acesso a equipamentos urbanos, com infra-estrutura adequada,

enquanto pessoas menos favorecidas economicamente vivem em condições insalubres.

A falta de controle sobre a ocupação urbana acarreta problemas de ordem social (aumento da violência, entre outros), mas também, de cunho ambiental, pois algumas áreas ocupadas irregularmente são extremamente frágeis, como por exemplo, as áreas de encosta e de restinga. Entretanto, na região existem projetos que visam o ordenamento territorial, buscando promover desenvolvimento igualitário para toda a região. Como exemplo disto, podemos citar o Projeto de União das Baixadas Litorâneas, que tem como objetivo redistribuir igualmente, entre os municípios da Baixada, os *royalties* do petróleo para a criação de um fundo de urbanização, favorecendo os municípios que dispõem



Figura 1. Área de Proteção Ambiental do Pau-Brasil (Fonte: Prefeitura de Cabo Frio, 2007).

de um repasse menor.

Neste sentido, o histórico da região, contribui para entendermos a atual conjuntura de ocupação da Baixada Litorânea. O povoamento da região começou na capitania de Cabo Frio, que tempos mais tarde deu origem a grande maioria dos municípios da Baixada. O crescimento desta região esteve, por muitas décadas, atrelado ao desenvolvimento da indústria salineira representada pelas Usinas de Cabo Frio e de Arraial do Cabo. No entanto, a exploração do calcário e a atividade pesqueira também contribuíram bastante para a economia da região.

Atualmente, apesar da economia ser basicamente impulsionada pelo turismo e por atividades urbanas, principalmente do setor de serviço, a indústria, as atividades agropecuárias e a pesca também estão presentes. Em alguns municípios como Arraial do Cabo, promovem festivais de produtos pesqueiros, como o Festival da Lula que acontece, neste município todos os anos desde 1997.

As Baixadas Litorâneas tem passado por constantes transformações ao longo do tempo e, nos dias atuais, representa um espaço de contradições. É um espaço com grande valor econômico e com um grande potencial de desenvolvimento, no entanto, devido à falta de planejamento urbano passa por sérios problemas sócio-ambientais.

Contudo, tais problemas podem ser minimizados ou até mesmo evitados se houver vontade pública, investindo em projetos e políticas que visem ordenar a ocupação urbana, bem como, engajamento social, cobrando ações e práticas por parte do poder público e participando ativamente dos projetos que venham a ser implantados.

AS PROPOSTAS DE REGIONALIZAÇÃO DA BAIXADAS LITORÂNEAS

O conceito de regionalização é empregado a partir da classificação, ou homogeneização de áreas que abrangem inúmeras características afins. Toni (2002) nos diz que o “debate teórico sobre a delimitação regional aponta quase que invariavelmente para três tipos de critérios que estruturam o conceito de regionalização: a polarização, a homogeneidade e o planejamento”.

A polarização esta centrada no sentido espacial, pois há campos de força estabelecidos em diferentes unidades territoriais, por exemplo, pólos de turismo, centro agrícola, pólo de moda praia ou centros urbanos. Todos estes pólos são encontrados na região das Baixadas Litorâneas.

Já a homogeneidade está ligada aos aspectos comuns de cada lugar, ou seja, as semelhanças nos aspectos físicos, nos aspectos econômicos e até mesmo no processo de evolução espacial. Por fim, o planejamento está ligado às relações de poder político, além de utilizar os outros dois critérios acima para criar modelos de planejar ou gerir o território. Na Baixada Litorânea, há o desenvolvimento da proposta da integração da gestão dos municípios, no entanto, um entrave a este projeto é a questão dos contrastes de desenvolvimento dos municípios, pois alguns são mais desenvolvidos do que os outros, e também, apresentam tipos de planejamento diferenciados.

Sendo assim, existem diversas formas de regionalizações. No caso da Baixada Litorânea podemos destacar as regionalizações adotadas pelo Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro (antiga Fundação CIDE, que a partir de 2009 passou a fazer parte do Centro Estadual de Estatísticas Pesquisas e

Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro – Fundação CEPERJ), pela Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro (TurisRio), pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio de Janeiro (EMATER).

A regionalização do antigo CIDE é feita para o “planejamento e execução de políticas públicas por parte do Governo do Estado do Rio de Janeiro” (Marafon et al, 2003). Já para a TurisRio a regionalização tem um significado específico, pois sua proposta está centrada na busca por estudos e planejamentos de atividades turísticas, buscando a relação de homogeneidade e complementaridade dos aspectos turísticos, físicos e socioeconômicos.

“Vem surgindo uma regionalização turística espontânea, envolvendo grupos de municípios vizinhos no estabelecimento de unidades regionais com características turísticas homogêneas, objetivando otimizar o desenvolvimento desta atividade. Assim formando (...) o fórum de secretários municipais de turismo da Região da costa do sol, além de incorporar Quissamã, Macaé e Carapebus, reafirmou esta denominação no lugar daquela ainda presente no senso comum, Região dos Lagos.”
(Marafon, 2003, p.97).

A proposta da EMATER está ligada ao planejamento e gestão de programas de assistência técnica e de extensão rural. Isso é claro visando o desenvolvimento destas áreas rurais, além de uma preocupação com o meio ambiente. O SEBRAE criou uma regionalização baseada na abrangência dos balcões de atendimentos a micro e pequenas empresas.

Cada regionalização proposta pelas instituições acima abrange determinados municípios. Com isso temos a regionalização da TurisRio que compõe os municípios da Baixada Litorânea, menos Silva Jardim que compõe a Região Serra Mar B, e o município de Maricá. A região turística espontânea, que abrange a denominação do senso comum de Região dos Lagos abrange alguns municípios da Região Metropolitana (Cachoeira de Macacu, Rio Bonito e Maricá), todos os dez municípios da Baixada Litorânea e alguns da Região Norte Fluminense (Macaé, Carapebus e Quissamã).

Para a EMATER a região da Baixada Litorânea é composta pelos dez municípios mais Maricá e Rio Bonito. Já o SEBRAE vai considerar municípios como Silva Jardim pertencente da Região metropolitana III e Casimiro de Abreu e Rio das Ostras como Região Norte, já os demais municípios são considerados como Baixada Litorânea junto com Maricá.

Para o CIDE a Baixada Litorânea é composta de dez municípios, integrantes de duas Microregiões do IBGE (Bacia de São João e Lagos). Esses municípios são: Silva Jardim, Casimiro de Abreu, Cabo Frio, Saquarema, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia, Araruama, Arraial do Cabo, Armação dos Búzios e Iguaba Grande (**Figura 2**).

Após esta breve discussão acerca das regionalizações existentes, referentes às Baixadas Litorâneas, é importante ressaltar que este trabalho está focado na regionalização adotada pelo CIDE.

A fim de compreender as relações entre o turismo e a urbanização nesta região, faremos a seguir a análise dos aspectos físicos e socioeconômicos, assim como, das relações de contradições encontradas na região.

Regiões de Governo e Microrregiões Geográficas

Estado do Rio de Janeiro - 2010

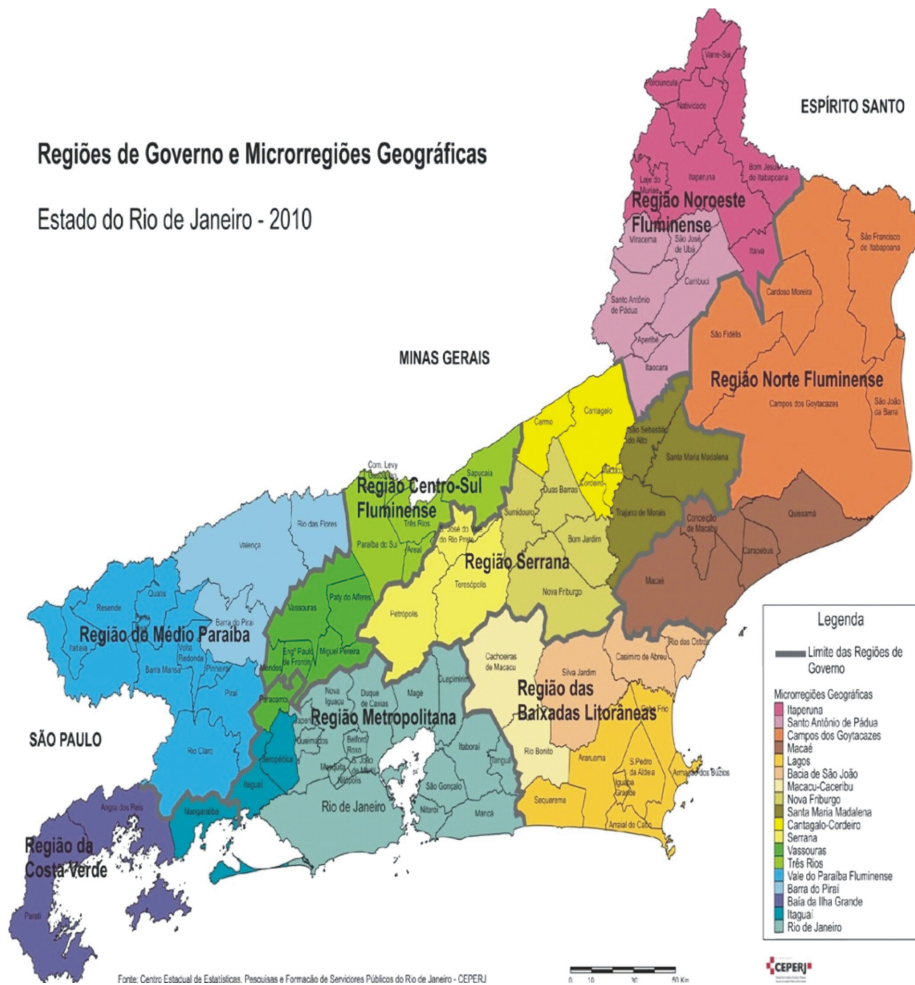


Figura 2. Região das Baixada Litorânea (Fonte: Fundação CEPERJ, 2010).

ASPECTOS FÍSICOS E SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Historicamente, sabe-se que os aspectos físicos influenciam nas atividades econômicas desenvolvidas em uma localidade, além de direcionar o processo de ocupação territorial. Neste sentido, o processo histórico da região de estudo, nos mostra que a parte física contribuiu muito para alavancar o seu desenvolvimento econômico e crescimento urbano.

Nesta região, inicialmente a agricultura auxiliou a colonização, posteriormente os processos de emancipações dos municípios estiveram estritamente ligados à atividade salineira (**Figura 3**). Já as construções de vias de acesso, rompendo



Figura 3. Atividade salineira em Cabo Frio (Fonte: Prefeitura de Cabo Frio, 2007).

as barreiras físicas impostas pela natureza propiciaram a expansão turística. Atualmente, além do turismo e do setor de serviço, são encontrados as atividades: petrolífera, portuária, agricultura, agroindústria, aquíicultura, carcinicultura, extrativismo, pesca, salineira.

A Baixada Litorânea localiza-se em uma região de clima ameno, com temperatura média anual de 24° C. Uma das características encontrada na Baixadas Litorânea é a presença de planícies costeiras, com praias, dunas, áreas alagadas, lagoas e depósitos aluviais, mas também, possuem áreas de baixos morros (em Cabo Frio e em Búzios), morros continentais acima de 500m, e ilhas costeiras (Araújo, 1997). Destacam-se as áreas das salineiras e do complexo lagunar, sendo as maiores lagunas, as de Araruama e de Saquarema. Este gigantesco sistema lagunar é usado, por alguns municípios, como mediador de valorização do solo urbano e fonte de pesquisas.

Um fenômeno importante nessa região é o da ressurgência das águas frias, que por serem ricas em nutrientes favorecem o desenvolvimento de uma grande biodiversidade marinha. Por isso, essa região é abundante em recursos pesqueiros (Mano, 2003). Desta forma, verificamos que a atividade pesqueira está presente em muitos municípios da Baixada Litorânea, como por exemplo, os municípios de Cabo Frio, Arraial do Cabo e Armação dos Búzios.

Outro aspecto importante da região é a vegetação, pois podem ser encontrados os manguezais que são de extrema importância para a manutenção da vida marinha local (considerado o “berçário” natural para reprodução de inúmeras espécies), estando articulado com a atividade pesqueira. Já as restingas são encontradas em terrenos arenosos e salinos, onde na maioria dos casos

representam o que é considerado pós-praia. Também há a presença da restinga herbácea constituída por Orquídeas e Bromélias. No município de Iguaba Grande há uma reserva deste tipo de restinga.

Há, ainda, a presença de vegetação de Mata Atlântica (**Figura 4**) em bom estado de conservação. Em Cabo Frio, por exemplo, ainda é possível encontrar remanescentes de Pau-Brasil, que originou a Área de Preservação Ambiental do Pau-Brasil, que objetiva preservar esta espécie endêmica da Mata Atlântica. Outras áreas de preservação, também, são encontradas na região.

Outro aspecto relevante é a formação de campos de dunas. Todo o município de Cabo Frio, com ênfase no do Perú, apresenta condições naturais favoráveis para a formação de dunas. Os principais fatores que contribuem para a formação das dunas são: regime constante e intenso de ventos de direção Nordeste, principalmente entre agosto e novembro, muita areia disponível na faixa de praia e baixo volume de chuvas, com média anual de aproximadamente 770 mm.



Figura 4. Vegetação de Mata Atlântica (Fonte: Prefeitura de Cabo Frio, 2007).

As dunas (**Figura 5**) são importantes atrativos turísticos, pois recebem a visita de milhares de pessoas todos os anos, no entanto, o campo de dunas é um ambiente extremamente frágil e sensível, necessitando de um melhor planejamento para que a visitação a esta área não comprometa sua estabilidade ambiental.

Assim, podemos perceber que os aspectos físicos da região contribuem o direcionamento das atividades econômicas, sobretudo para o turismo. Porém, essa região vive um intenso processo de urbanização, que ocorre de forma desorganizada. Em muitas localidades há ocupação irregular, como por exemplo, em áreas de restinga, provocando a destruição desta vegetação e colocando em risco a Mata Atlântica remanescente, que compreende quase 8% de toda a extensão de Mata Atlântica presente no país. Diversas áreas de floresta, também, têm sofrido com constantes queimadas (**Figura 6**), tanto naturais, como provocadas.

Há ainda, localidades com falta de infra-estrutura básica, ausência de saneamento básico, aonde há o lançamento de esgoto nos corpos de água. Um exemplo disto acontece principalmente no município de Iguaba Grande, pois a poluição da lagoa de Araruama causa uma grande desvalorização imobiliária no município.

Enfim, é importante entendermos que os aspectos físicos estão diretamente ligados ao desenvolvimento de atividades econômicas e ao processo de ocupação territorial. Na Baixada Litorânea a ocupação tem se desenvolvido de forma contraditória. O mercado turístico e o de veraneio têm intensificado esta contradição, valorizando determinadas áreas e excluindo outras da lógica do mercado. Mas este fato pode ser mudado com um simples planejamento urbano



Figura 5. Dunas de Cabo Frio (Fonte: Prefeitura de Cabo Frio, 2007).



Figura 6. Registro de queimada na Mata Atlântica, em Cabo Frio (Fonte: Site Veja Lagos, 2011).

e das atividades turísticas.

Sendo assim, no item abaixo analisaremos o processo histórico de ocupação das Baixadas Litorâneas até a década de 1970, com a finalidade de elucidar como o processo de ocupação influenciou na atual conjuntura espacial da região.

BREVE HISTÓRICO DA BAIXADA LITORÂNEA ATÉ A DÉCADA DE 1970

A capitania de Cabo Frio deu origem a oito dos dez municípios que compõem, atualmente, o que conhecemos como Baixada Litorânea (Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia, Saquarema e Silva Jardim). Por isso, Cabo Frio é considerado o município “mãe” de boa parte da região.

Informações do site da Prefeitura de Cabo Frio apontam que no início do século XVI, as terras de Cabo Frio foram conquistadas pelas expedições portuguesas. Tais expedições tinham por objetivo comercializar madeira de lei, principalmente o pau-brasil, abundante na Mata Atlântica existente na região. O produto era necessário na Europa para a produção de corante vermelho com o qual eram tingidos os tecidos reais.

A licença para comercializar o pau-brasil era concedida por Portugal aos navegantes (portugueses e de outras nações) através do pagamento de impostos. Contudo, contrabandistas e piratas, não pagavam os impostos fixados pela coroa portuguesa, e por isso, negociavam livremente com os índios. Dessa forma, as diversas tentativas de outras nações, principalmente dos franceses, de comercializar o pau-brasil, fez com que Portugal ocupasse militarmente a área a

fim de conter as investidas dos inimigos.

Esta decisão levou a um período de lutas pelo domínio do território cabofriense, não só contra os franceses, mas também, contra os tamoios (indígenas que habitavam a região) que se uniram e davam proteção aos franceses na luta contra os portugueses.

Cabe aqui ressaltar algumas decisões que a Coroa Portuguesa tomou que em tese modificaram a conjuntura espaço-temporal da cidade de Cabo Frio:

- Construção da feitoria lusa deixando aproximadamente 24 imigrantes regidos pelo controle de João Braga.
- Reconstrução da feitoria (pois a primeira não suportou a muitos ataques indígenas) na “Ilha do Cabo”.
- Fluxo migratório do Rio de Janeiro em direção a região, devido a ordens do Rei Felipe II para expulsar os franceses do local, construindo assim o forte “Santo Inácio”.
- Emancipação em 1615, fundando a cidade de Santa Helena.
- Instalação do município no dia 15 de agosto de 1616.

Em linhas gerais, a partir da fundação do município de Cabo Frio houve uma mobilização mais expressiva rumo aos demais espaços que se encontravam vazios, marcando o início do desenvolvimento do núcleo urbano com atividades econômicas centradas na agricultura que utilizava mão-de-obra escrava e na pesca que foi uma atividade econômica fundamental para a economia da região, ao propiciar o sustento da população local. A alta piscosidade da Laguna de Araruama, por exemplo, foi à fonte de renda de diversas famílias da região.

Entretanto, até o auge da produção do sal, a região não conseguiu se estabilizar economicamente, pois os pequenos surtos das atividades econômicas não obtiveram o retorno esperado. A região não atraía os olhares capitalistas, e o fluxo imigratório também não era expressivo, dessa forma, estabeleceram-se apenas pequenos focos populacionais concentrados nos municípios mais importantes. Este fato contribuiu para aprofundar as contradições regionais do estado do Rio de Janeiro.

Somado a isso, o solo de grande parte da região não era fértil, o que impossibilitou o cultivo de gêneros agrícolas, como por exemplo, da cana-de-açúcar, que esteve no auge da economia brasileira durante um grande período de tempo. Por isso a região não conseguiu alcançar o mesmo padrão de desenvolvimento das demais regiões.

“A região, pouco apropriada para a lavoura canavieira, acabou não acompanhando o progresso do restante da Baixada Fluminense, permanecendo durante muito tempo um núcleo urbano insignificante, com uma população rarefeita e uma economia estagnada, faltando-lhe uma base agrícola sólida, dificultada pelo solo pouco fértil e pelo clima não propício” (Marafon, 2005, p. 56).

Mesmo não tendo uma agricultura competitiva em relação aos outros municípios do estado, a abolição da escravidão causou um impacto negativo na economia, pois parte dos rendimentos da região eram oriundos da agricultura, que utilizava a mão de obra escrava. Assim, a economia ficou estagnada até a introdução da indústria salineira, que propiciou estabilidade financeira à região.

No entanto, levou algum tempo, até os municípios da Baixada Litorânea conseguir em o alvará da Coroa Portuguesa para produzir e comercializar o sal. Portugal também produzia o produto, dessa maneira, não tinha interesse em incentivar a produção do sal brasileiro, pois a concorrência desvalorizaria o sal português. Por isso, o rei de Portugal decretou o monopólio do produto, restringido a colônia de consumir qualquer sal que não fosse oriundo das mãos dos comerciantes da metrópole. Porém, o alto preço do sal português, levou a população à rua para reivindicar, em frente à Câmara Municipal, o fim do monopólio português sobre a produção e comercialização do sal.

Dom João V atendeu as reivindicações da população, e enfim, autorizou a exploração das salinas tanto em Cabo Frio quanto no Nordeste brasileiro. Sendo estabelecidas algumas condições para a produção do sal no Brasil, como por exemplo, o arrendamento dos principais pontos, ficando para a população as partes mais inexpressivas e exigindo a metade do lucro da produção.

Entre o final do século XVI e o fim do século XVII a dinâmica sócio-econômica brasileira tomou outros rumos. A venda do sal aumentou e houve o crescimento de outras atividades econômicas, como por exemplo, a pecuária. Estes fatores fizeram com que aumentasse a necessidade de uma maior produção de sal. O governo português não conseguiu atender a essa demanda, e em 1801 acabou com o monopólio do sal.

Com o passar dos anos, o fim do monopólio possibilitou o progresso na salicultura fluminense. Na década de 50, a indústria salineira era uma fonte de renda fundamental para as cidades de Cabo Frio, São Pedro da Aldeia e Araruama, que abrigavam grande parte dos habitantes da Baixadas Litorâneas.

A supremacia salineira só vigorou até 1980, após esse período as indústrias salineiras entraram em decadência, muitas indústrias foram desativadas e aterradas dando espaço para a expansão imobiliária e o turismo.

A exploração do sal para Companhia Nacional de Álcalis (Araraial do Cabo) e outras empresas (Companhia Salinas Perynas e Refinaria Nacional - Cabo Frio), que se localizavam em síntese na Lagoa de Araruama deixava o Estado do Rio de Janeiro, em um patamar favorável até 1980 sendo classificado como o 2º produtor nacional de sal. Porém a extração tendia a cada vez mais se desestruturar devido à valorização espacial da orla marítima realizada, sobretudo pelo setor imobiliário. (Limonad, 1996, p. 162)

A estrada de ferro Niterói - Cabo Frio foi construída na cidade de Cabo Frio no ano de 1936, com a função de escoar mais rápido a produção saleira. No entanto, mesmo com esta função o funcionamento da estrada não se estendeu e foi erradicada no ano de 1966 (**Figura 7**).

Ao analisar aspectos que impulsionam o crescimento econômico, é possível destacar os investimentos em transportes, pois estes têm a capacidade de deslocar pessoas, mercadorias e capital. Por isso, cabe ao Estado implementar meios e condições apropriadas para o desenvolvimento do transporte.

O Estado assumiu ao longo do tempo o papel de consolidação do processo de expansão no espaço urbano, através de ações políticas, leis, normas e infraestrutura que viabilizam assim a expansão da reprodução capitalista dentro da



Figura 7. A estação de Cabo Frio (Fonte: Filho, 2005).

sociedade.

“A atuação do Estado se faz, fundamentalmente e em última análise, visando criar condições de realização e reprodução da sociedade capitalista, isto é, condições que viabilizem o processo de acumulação e a reprodução das classes sociais e suas frações.” (Corrêa, 1988, p. 26).

A criação das rodovias Amaral Peixoto, a RJ-106, e posteriormente, a BR-101 foram mecanismos que possibilitaram um crescimento maior para a região modificando sua estrutura até os dias atuais. Muitos municípios que faziam parte de Cabo Frio cresceram economicamente e conquistaram autonomia, declarando suas emancipações de acordo com a **Tabela 1**.

Os outros dois municípios que compõe a Baixada Litorânea, mas que não tiveram o processo de ocupação interligado a Cabo Frio, são: Rio das Ostras e

Tabela 1. Emancipação dos municípios e nº total da população no ano de 2007 (Fonte: IBGE).

Municípios	Fundação	População 2007
Araruama	25/08/1859	98.312
Armação dos Búzios	01/01/1995	24. 560
Arraial do Cabo	01/01/1986	25.248
Cabo Frio	15/08/1616	162.191
Iguaba Grande	01/01/1997	19. 704
São Pedro da Aldeia	01/02/1893	75.873
Saquarema	29/01/1861	62.169
Silva Jardim	06/01/1843	21.362

Casimiro de Abreu. O processo de ocupação de Casimiro de Abreu intensificou-se apenas no século XX, apesar do município ter sido desmembrado de Macaé e emancipado em 15 de setembro de 1859. No entanto, o efetivo povoamento de Casimiro de Abreu ocorreu em 1925, quando um grande contingente de pessoas fixou residência no município.

A estrada de ferro que interligava a capital do estado do Rio de Janeiro ao município de Casimiro de Abreu ocasionou mudanças essenciais na composição da cidade, dando origem a um pequeno núcleo urbano com a instalação das atividades comerciais junto à estação ferroviária, embora o município ainda tenha muitas atividades agrícolas.

A área litorânea do distrito de Barra de São João passou por uma revalorização a partir de 1940, devido a investimentos em projetos que viabilizaram obras de drenagem e a implantação da rodovia Amaral Peixoto, a RJ-106. Com a facilidade no acesso ao município cresceram os fluxos migratórios, principalmente, de

residências de veranistas. Tais obras contribuíram, também, para o aumento do número de turistas na região.

O atual município de Rio das Ostras serviu como trajetória de tropeiros e comerciantes em direção a Campos e Macaé. A atividade pesqueira foi a base da economia até meados do século XX, fomentando o início da ocupação do município. Após 1950, a criação da Rodovia Amaral Peixoto, intensificou o crescimento populacional, propiciando também o crescimento do setor de turismo. A instalação da Petrobrás na região, somado a construção das vias de acesso, foram fatores de atração para movimentos migratórios, o que impulsionou o crescimento de Rio das Ostras, e contribuiu para a emancipação do município em 1 de janeiro de 1993.

Portanto, o processo de ocupação da Baixada Litorânea está intrinsecamente associado à materialização da reprodução do capital que ao longo do tempo redesenhou o espaço urbano do litoral fluminense, de acordo com seus interesses, fato este verificado até os dias atuais e que tendem a se acentuar cada vez mais.

A (RE) ESTRUTURAÇÃO DA BAIXADA LITORÂNEA APÓS 1970.

A partir da construção da ponte Rio-Niterói, em 1974, houve um acelerado crescimento imobiliário e, concomitantemente, um aumento extraordinário no número de turistas que visitam a região todo o ano. Dados do IBGE apontam que algumas cidades chegam a receber o dobro do número de habitantes nos meses de verão, no entanto, o número de turistas em fevereiro chega a ultrapassar esta estimativa.

A construção da ponte, ao permitir o acesso mais rápido das pessoas à região, contribuiu para o desenvolvimento da área, e em consequência disto, para várias mudanças nos aspectos sociais, econômicos e ambientais. Muitas casas foram construídas pela orla das Baixadas Litorâneas, e passaram a ser como uma segunda moradia para os cariocas e fluminenses do interior. Posteriormente, com a especulação imobiliária houve o encarecimento de áreas mais próximas ao mar, e das que disponibilizavam de algum atrativo turístico, sendo assim, as regiões interioranas foram loteadas e ocupadas pela população local e de baixa renda.

Na época de maior fluxo de turistas, ou seja, no verão, é que podemos perceber que as cidades ainda não possuem infra-estruturas adequadas para receber este grande número de turistas, pois, nesta época, é freqüente a falta de água, luz e o intenso trânsito.

Porém, houve aspectos positivos ocasionados por este crescimento de casas de veraneio e do fluxo de turistas na região.

“O turismo e o veraneio são uma das principais práticas sociais responsáveis pela retomada de expressivo desempenho econômico de diversas localidades e regiões fluminenses, contribuindo para reverter a histórica tendência de concentração espacial de recursos e população na região metropolitana. Também vem a atividade turístico-recreativa contribuindo decisivamente para a crescente articulação (historicamente escassa) entre a capital e o interior no Estado do Rio de Janeiro, incrementando de forma significativa o espaço de fluxos e

contatos” (Mascarenhas, 2004, p.1).

Quando falamos em atividades turísticas estamos tratando de modalidades diversas do turismo, como: o esportivo, o rural, o ecoturismo, o turismo histórico, entre outros. O que consideramos como turismo esportivo é a ida do turista a cidade com fins da prática esportiva, porém, fomentado por algumas características naturais, físicas e paisagísticas da cidade. Podemos citar alguns exemplos, como: as condições perfeitas do mar de Saquarema para a prática do surfe, sendo considerado o “maracanã do surfe”; a água cristalina da praia de Arraial do Cabo conhecida como a “capital nacional do mergulho” e, ainda, as condições da lagoa de Araruama que favorecem a prática do windsurfe.

O ecoturismo é definido pela EMBRATUR (1994) como a modalidade do turismo que usa os recursos de forma sustentável, incentivando a conservação do patrimônio, natural e cultural, e a formação da consciência ambientalista, promovendo o bem-estar das populações. Este tipo de turismo tem possibilidade de ser bastante praticado na região, tendo em vista, as belas paisagens naturais e a criação de áreas de proteção, como a APA do Pau-Brasil.

O turismo rural pode ser definido como a busca do indivíduo por atividades inerentes ao espaço rural, e pode ser praticado na região em hotéis-fazenda, pesque-pague, entre outros. Este tipo de turismo está associado à crescente valorização da natureza e vem se expandindo cada vez mais no território.

Já o turismo histórico é o turismo que segue roteiros com alguma importância histórica. Na região encontram-se diversos monumentos antigos, como igrejas, fortes, fazendas, que podem ser utilizados para a prática do turismo histórico.

Portanto, verificamos que o turismo representa a maior fonte de renda para

muitas cidades que fazem parte da Baixada Litorânea. Entretanto, há outras atividades econômicas presentes na região, como as comerciais, as industriais (mais voltadas para a indústria do sal, indústria do biquíni e mais atualmente para a indústria naval), e por fim, as atividades agropecuárias (criação de gado, pesca, cultivo de alguns gêneros alimentícios tradicionais como a banana), que sobrevivem ao fracionamento da terra e expulsão deste tipo de atividade para a criação de loteamentos e condomínios.

Por outro lado, a exploração do petróleo e do gás vem rendendo bons lucros aos municípios de Armação de Búzios, Cabo Frio, Rio das Ostras e Casimiro de Abreu, devido aos *royalties* repassados a estes municípios. Mas não é apenas com os *royalties* que a indústria do petróleo e do gás beneficia estes municípios. A economia local também é favorecida através da qualificação da mão-de-obra local, da urbanização, de investimentos em infra-estrutura para o transporte e também voltadas para o lazer (cinemas, teatros e shoppings), além de contribuir para a transformação de áreas nas quais prevalecia uma economia tradicional e decadente.

Como podemos perceber o crescimento da Baixada Litorânea após 1970, fez com que surgisse uma nova conjuntura sócio-espacial na região. Esta nova conjuntura impulsionou o desenvolvimento de alguns projetos por parte do governo e da iniciativa privada.

Como exemplo destes projetos, podemos citar a construção de *resorts* e de condomínios de luxo para abastecer a demanda criada pelo turismo. Este tipo de construção é encontrado principalmente no centro ou nas áreas nobres de cidades como: Armação de Búzios e Cabo Frio. Muitos deles não possuem estudos de

impacto ambiental, resultando em danos ao meio ambiente.

Outros projetos encontrados na região são:

- Ampliação do Aeroporto Internacional de Cabo Frio;
- Projeto de União da Baixada Litorânea;
- Construção da Zona Especial de Negócios de Rio das Ostras (ZEN).
- Despoluição da Lagoa de Araruama

A ampliação do aeroporto visa tanto à melhoria de infra-estrutura para o setor turístico, quanto para o setor de petróleo e gás. O projeto custou aos cofres públicos e privados 35 milhões de reais, sendo que o estado investiu R\$ 12,5 milhões e a Aeronáutica R\$ 11,4 milhões e o restante dos investimentos foram feitos pela prefeitura de Cabo Frio e pela concessionária Costa do Sol. O aeroporto tem a segunda maior pista do Brasil (45m de largura e 2.600m de comprimento), com capacidade para vôos diurnos e noturnos, e poderá receber aeronaves de todos os tipos e tamanhos, tanto de carga quanto de passageiros, além de ser, um dos maiores do interior do Brasil e o primeiro do país a ter todas as operações administradas pela iniciativa privada (pista, pátio e terminais de passageiros e de cargas internacionais).

Espera-se que o aeroporto potencialize novos investimentos para a região, além de proporcionar um salto na qualidade do turismo e aumentar a receita do município. Como exemplo disto, podemos citar a construção de dois resorts, são eles: o Breezes Superclubs, resort cinco - estrela, com 329 quartos e terá área de 83.000 metros quadrados, com 400 metros de frente para o mar. O investimento total para a construção deste resort será de 120 milhões de reais.

O outro resort é o Reserva Perú, que ficará localizado na divisa dos municípios de Cabo Frio e Búzios. Ele pretende aliar o turismo ao desenvolvimento sustentável, já que será construído na reserva que deu o nome ao resort, a reserva do Perú. Este resort terá área total de 4,6 milhões de metros quadrados, o equivalente a 460 campos de futebol, e sendo assim, o investimento previsto para o empreendimento é de 270 milhões de reais.

O projeto de União das Baixadas Litorâneas tem como foco propor princípios e diretrizes para a criação de políticas públicas que atendam às necessidades específicas da região. Dessa forma, uma das propostas é a de criar um consórcio composto pelos municípios das Baixadas Litorâneas. Eles destinariam um percentual dos *royalties* do petróleo para a criação de um fundo de urbanização. A proposta visa redistribuir os recursos dos *royalties* e favorecer os municípios que dispõem de um repasse menor.

A Zona Especial de Negócios de Rio das Ostras vai abrigar uma cadeia de empresas de vários setores, em destaque para as empresas interessadas em petróleo, gás e na indústria naval. Esta zona especial deve criar as mais variadas demandas de mão-de-obra, tanto qualificadas como não-qualificada, o que deve beneficiar a população local.

Por fim, outro projeto que merece destaque é o de despoluição da Lagoa de Araruama, pelo estado do Rio de Janeiro. Segundo informações obtidas no *site* da secretaria de comunicação do estado do Rio de Janeiro, em 21/12/2006, este projeto seria feito em duas etapas: a primeira etapa consistiria no desassoreamento do canal de Itajuru para manter o volume e a qualidade das águas. A segunda etapa seria a construção de quatro estações de tratamento de

esgoto: em Cabo Frio, São Pedro da Aldeia, Iguaba Grande e Araruama. Este projeto está atrelado ao Consórcio Intermunicipal Lagos São João (CILSJ), o qual tem como objetivos: questões como a ocupação irregular de áreas públicas e privadas, destinação final do lixo, saneamento básico, recuperação da Lagoa de Araruama e revitalização de atividades econômicas, como a pesca.

Da mesma forma que os projetos, alguns eventos são patrocinados pelas prefeituras com o apoio de algumas instituições privadas, no intuito de atrair turistas para a região. De acordo com Rodrigues (1997), o mercado turístico é composto pelo ajuste entre a publicidade, o marketing, o recrutamento da demanda e seu direcionamento segundo as motivações, a logística dos transportes para atender aos fluxos e o investimento na infra-estrutura nos núcleos receptores.

Podemos citar como exemplos de eventos: o Festival da Lula que acontece todos os anos em Arraial do Cabo desde 1997 e recebe cerca de 100 mil pessoas durante os seis dias de evento. O festival tem como objetivo divulgar o município como um importante centro pesqueiro de lula, já que o comércio de pesca na região está em decadência; o Cabo Folia, que ocorre em Cabo Frio, reunindo em um carnaval fora de época, cerca de 1 milhão de pessoas; e o Festival Moda Praia, que também acontece em Cabo Frio. Este evento teve sua primeira edição em 2005, sendo realizado na tradicional Rua dos Biquínis que concentra por volta de 100 lojas e grifes de fábricas (atual Shopping Gamboa - **Figura 8**).

Em Saquarema a prefeitura, com o apoio de empresas como a Nova Schin, Volkswagen, e Nescau, patrocina o Supersurf, um campeonato que atrai bastantes turistas interessados pelo esporte. Outro campeonato realizado na cidade, muito

conhecido no mundo do surfe é a Seletiva Petrobrás de Surf Profissional. A cidade chegou a sediar, em 2002, o WCT (World Championship Tour), que também é chamado de Circuito Mundial ou Divisão de Elite Mundial. Devido a este evento a cidade recebeu os mais conhecidos nomes do surfe mundial e atraiu a atenção da mídia internacional.

Outro evento organizado pela cidade é a Festa da Padroeira de Saquarema, Nossa Senhora de Nazareth. O acontecimento é considerado o terceiro maior evento religioso do país. Todos os anos entre os dias 30 de agosto e 08 de setembro, a cidade recebe mais de 100 mil fiéis e turistas interessados em prestar homenagens, participar das atividades desenvolvidas pela Igreja e conhecer as



Figura 8. Shopping Gamboa, em Cabo Frio (Fonte: Prefeitura de Cabo Frio, 2007).

belezas de Saquarema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No livro “O Espaço-Tempo na Metrópole”, Carlos (2001, p. 11) diz que “o espaço é condição, meio e produto da realização da sociedade humana em toda sua multiplicidade”. Assim, o espaço reflete a sociedade e está dividido em áreas residenciais segregadas, retrato da nossa estrutura social em classes. A desigualdade constitui características próprias do espaço urbano capitalista.

De acordo com Corrêa (1988), o espaço urbano é fragmentado e articulado. Diversos agentes sociais fazem e refazem o espaço urbano: proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, Estado e grupos sociais excluídos. A população mais carente fica subordinada a ação dos demais agentes, ficando com a parcela do solo que além de ser desvalorizada recebe poucos investimentos.

O que verificamos na Baixada Litorânea é a sobrevalorização do solo urbano, principalmente, próximo à costa, ficando os moradores mais carentes com as partes menos visadas pelo capital. Dessa forma, a população menos abastada se apropria de terrenos em locais considerados inadequados para moradia, construindo casas em locais como encostas íngremes e áreas alagadiças, sujeitas a sofrerem desabamentos de terra devido ao processo de erosão agravado pelas chuvas e pelo desmatamento.

O mercado de trabalho nesta região está voltado principalmente para o turismo (setor de serviços), mas não há vagas suficientes, levando muitos a se dedicar ao mercado informal, ou a construção civil, pois sabemos que a atividade pesqueira está em decadência. Então, as áreas comumente ocupadas pela

maioria da população mais carente são aquelas não visadas pelo mercado de imobiliário, por serem mais baratas.

O desenvolvimento das cidades se dá em torno da construção de casas de veraneio, *resorts*, hotéis e pequenos apartamentos, todos estes destinados a classes mais elevadas que podem pagar pelos altos preços dos investimentos, evidenciando ainda mais a segregação espacial. A construção de habitações é considerada mercadoria, possuindo valor de uso e valor de troca, estando sujeita aos mecanismos de mercado e depende ainda de outra mercadoria fundamental, a terra urbana.

Segundo Corrêa (1988), há dois tipos de segregação, que são: a auto-segregação da classe dominante, que optam por viver em condomínios fechados, diminuindo relações sociais, pois vivem enclausuradas, cercadas por forte esquema de segurança, e a segregação imposta à grupos sociais com pouca opção de escolha econômica, que são empurrados para as áreas menos atrativas.

Essa divisão espacial é bastante evidente, havendo áreas com prédios e enormes condomínios de luxo, separadas de áreas com crescimento urbano desordenado, que abriga populações com pouco poder aquisitivo e que são expulsas do seu local de origem pela expansão das construções voltadas ao turismo que agregam mais valor ao solo. Para Harvey (1980) a diferenciação residual significa acesso diferenciado a recursos necessários para adquirir oportunidades de ascensão social.

Em seu livro “A Justiça Social e a Cidade”, Harvey (1980) compara o mercado de moradia ao processo de ocupação dos assentos num teatro vazio, aonde o primeiro a chegar tem diversas opções de escolha e os últimos ficam com os piores lugares. Logo, os ricos têm mais opções de escolha no mercado

imobiliário, podendo pagar pelas melhores localizações da cidade, as que possuem melhores infra-estruturas e cobertura dos serviços urbanos.

Sendo assim, na Baixada Litorânea do estado do Rio de Janeiro após 1970, o turismo tem contribuído para modificar a dinâmica espacial, auxiliando no crescimento econômico dos municípios, em contrapartida acentuando as segregações espaciais e as contradições econômicas. Assim, ressaltamos a necessidade de um planejamento urbano eficiente, integrado com a comunidade, que busque minimizar os problemas sociais e as diferenças econômicas entre a população local e que também sirva para mitigar ou mesmo prevenir os impactos ambientais negativos. Só assim, o turismo poderá levar máximo benefício social e econômico para toda a Baixada Litorânea.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

CARLOS, A. F. A. (2001). *O Espaço-Tempo na Metrópole*. São Paulo: Contexto.

CORREA, R. L. (1988). *O Espaço Urbano*. São Paulo: Ática.

EMBRATUR. (1994). *Diretrizes para uma política nacional do ecoturismo*. Brasília: EMBRATUR/IBAMA/MICT, Disponível em: <<http://www.embratur.com.br>>. Acesso em: 26/08/2009.

FILHO, E. G. (2007). *As salinas de Cabo Frio*. Disponível em: http://www.cabofrio.org.br/cabo_frio_turismo.php?cod=salinas. Acessado em: 10/11/2007.

FUNDAÇÃO CEPERJ. (2010). *Contribui para a excelência da gestão pública e para o desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro*. Disponível em: <www.fesp.rj.gov.br>. Acesso em: 20 fev. 2010.

HARVEY, D. (1980). *A Justiça social e a Cidade*. São Paulo: Hucitec.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. (2007). *Apresenta dados estatísticos das regiões brasileiras*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>

- cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=330550&r=2>. Acesso em: 14 novembro 2007.
- LIMONAD, E. (1996). *Os Lugares da Urbanização. O Caso do Interior Fluminense*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- MANO, M. F. (2003) Utilização do sensoriamento remoto no suporte pesca esportiva e industrial na costa brasileira: superando limitações. In: Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, 11., Belo Horizonte, Minas Gerais. *Anais do XI SBSR*, São Jos dos Campos: INPE, p. 1595-1601.
- MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. A. (2003). *Revisitando o território fluminense*. Rio de Janeiro: NEGEF.
- MARAFON, G. J.; SILVA, C. M. A.; SILVA, E. S. O.; LIMA, M. R. O.; RIBEIRO, M. A. C. (2005). *Regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro: uma contribuição geográfica*. Rio de Janeiro: Gramma.
- MASCARENHAS, G. (2004). Cenários Contemporâneos da Urbanização turística. *Caderno Virtual de Turismo*, 4 (4): 1-11.
- PORTAL DA EMATER. (2007). *Disponibiliza dados e informações sobre o rural no Rio de Janeiro*. Disponível em: www.emater.rj.gov.br. Acesso em: 10/07/2007.
- PORTAL DA TURISRIO. (2007). *Disponibiliza informações sobre o turismo no estado do Rio de Janeiro*. Disponível em: www.turisrio.rj.gov.br. Acesso em: 09/07/2007.
- PORTAL DO SEBRAE. (2007). *Disponibiliza notícias sobre empreendedorismo*. Disponível em: www.sebrae.com.br. Acesso em: 12/07/2007
- PREFEITURA DE CABO FRIO. (2009). *Portal oficial da cidade de Cabo Frio que publica notícias em geral sobre o município*. Disponível em: <<http://www.cabofrio.rj.gov.br>>. Acesso em: 14 abr. 2009.
- RODRIGUES, A. (1997). *Turismo e espaço – rumo a um conhecimento transdisciplinar*. São Paulo: Hucitec.

TONI, J.; KLARMANN, H. (2002). *Regionalização e Planejamento, reflexões metodológicas e gerenciais sobre a experiência gaúcha*. In: Encontro de Economia Gauch, Rio Grande do Sul, 2002. Disponível em: http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/eeg/1/mesa_3_toni_klarman.pdf Acessado em: 10/11/2007.